

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

Elis Giovane Vasques Angeli Moreira¹
José Vinicius Torrentes²

RESUMO:

A pesquisa desse artigo compõe-se em deter-se no assunto que envolve o abandono escolar, ocorrido, no Ensino Médio Brasileiro. A abordagem deste tema vem sendo discutido e observado, por órgãos governamentais e organizações internacionais, as quais têm elaborado pesquisas referentes à educação e a Evasão Escolar. Tais pesquisas têm demonstrado números alarmantes, de crianças e adolescentes, que estão fora da escola, apontando esta problemática no Brasil. Desta forma, o objetivo deste artigo foi de identificar, a realidade, causas e motivos que levam a evasão escolar no ensino médio, como também destacar as políticas públicas educacionais, que o Estado vem executando em prol da permanência dos jovens e adolescentes na escola. Refletir sobre o papel da família e da escola neste contexto que envolve a evasão escolar no Ensino Médio, destacar o papel social da escola, que tem objetivo de formar cidadãos, em pleno exercício de seus direitos e deveres. O estudo proposto foi uma revisão bibliográfica, analisando e refletindo sobre a verdadeira função da escola e estado no contexto escolar. Os dados pesquisados mostraram que a evasão escolar no ensino médio refletem as profundas desigualdades sociais do Brasil. Mostrando que uma grande parcela de jovens e adultos tem sido excluída dos bens culturais da sociedade e principalmente, do mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: evasão escolar; ensino médio; políticas públicas.

SCHOOL EVASION IN BRAZILIAN MIDDLE EDUCATION

ABSTRACT:

The theme of this article is to focus on the issue of school dropout, which occurred in the Brazilian High School. The approach of this theme has been discussed and observed, by governmental agencies and international organizations, which have elaborated research on Education and School Evasion. Such research has shown alarming numbers, of children and adolescents, who are out of school, pointing out this problem in Brazil. In this way, the objective of this article was to identify the causes and causes that lead to school dropout in high school, as well as to highlight the public educational policies that the State has been running for the permanence of young people and adolescents in school. Reflecting on the role of the family and school in this context that involves school dropout in High School, highlight the social role of the school, which aims to train citizens, in full exercise of their rights and duties. The proposed study was a bibliographical review, analyzing and reflecting on the true function of the school and state in the school context. The data surveyed showed that school dropout in high school reflect the deep social inequalities of Brazil. It shows that a large number of young people and adults have been excluded from the cultural assets of society and especially from the labor market

KEY WORDS: school dropout; high school; public policy

¹Acadêmica Concluinte do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Fundação de Assis Gurgacz.elismoreirahbl@gmail.com.

²Professor Mestre do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Fundação de Assis Gurgacz jtorrentes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a situação dos jovens estudantes brasileiros, no ensino médio, constatamos através do Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF (2015), que 3,7 milhões de crianças de 4 a 17 anos estão fora da escola no Brasil. Sendo 1,5 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos de idade.

Percebe-se que a evasão escolar está presente nas escolas, devido há vários fatores, que levam a interrupção dos estudos: pobreza, deficiências, vícios, lugares sem acesso a escola, gravidez na adolescência, racial, violência, discriminação, problemas com a lei, processo ensino-aprendizagem, renda familiar baixa.

O ensino médio é uma etapa importante na vida do jovem, logo se pergunta o que o estado, sociedade, tem feito para que o jovem permaneça na escola e conclua seus estudos. Repensar o papel da sociedade como um todo, referente a esta problemática é um grande desafio, refletindo sobre o processo ensino aprendizagem, os conteúdos, práticas escolares, projeto de vida dos jovens, apontando assim onde há a fragmentação neste processo, sendo o ensino médio o maior gargalo na educação brasileira atual.

Pode-se especificar a realidade e as dificuldades que os jovens brasileiros têm quanto à permanência dos mesmos na escola, mas também podemos identificar algumas medidas e políticas educacionais, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem por objetivo estabelecer 20 metas com a finalidade de direcionar investimentos na área de educação no país em 10 anos, sendo esta uma das medidas tomadas pelo governo brasileiro.

Constata-se que não é um simples abandono escolar, mas que é originária de causas e motivos diversos socioeconômicos, emocionais, familiares, herança de uma educação elitista, políticas públicas que não são colocadas em prática pelos órgãos responsáveis. Trazendo consequências sérias para quem fica fora da escola, longe dos bancos escolares e do conhecimento, pois a escola é um lugar de aprendizagem e de crescimento e ela abre portas para o futuro e é o lugar especial em que todos os jovens devem estar para desenvolver suas potencialidades e habilidades.

Órgãos governamentais, privados e internacionais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Ministério da Educação e Cultura (MEC), entre outros, através de suas pesquisas divulgam suas estatísticas e resultados, a respeito da evasão escolar as quais mostram a situação das crianças e adolescentes que estão fora da escola e pelos quais servem de parâmetros a fim de medir analisar os números e lacunas deixadas pelas políticas sociais.

Frente às mudanças que ocorreram na educação no Brasil, de uma educação elitista a uma educação ao alcance de todos. A sociedade em geral deve estar mobilizada e preocupada com esta problemática da evasão escolar, algumas medidas e políticas públicas foram criadas, avanços foram feitos, sendo assim deixar ou permitir um aluno ficar fora da escola é um descompasso, atraso para a vida pessoal do aluno e principalmente para o desenvolvimento do país, uma nação que investe em conhecimentos científicos, tecnológicos e que se preocupa com o emocional dos jovens e os preparam com uma mente aberta e positiva, certamente será uma grande nação em desenvolvimento.

O estudo proposto é resultado de uma revisão teórica a respeito do assunto Evasão Escolar no Ensino Médio Brasileiro, evidenciando as causas e motivos que os levam a deixar o ambiente escolar, verificando e fundamentando meios que venham a prevenir este grande gargalo na educação brasileira.

Analisando o papel da sociedade como um todo, na questão abordada questiona-se o compromisso e responsabilidade com a educação e os jovens brasileiros, que estão inseridos ou não nas escolas. Repensar as ações tomadas pela sociedade para que haja uma permanência dos alunos no ambiente acadêmico é de grande valia, como a valorização da educação, a formação do ser humano capaz de tomar suas decisões, ser crítico e poder desenvolver suas potencialidades e habilidades que os levarão a ser um adulto saudável e feliz, acima de tudo conquistar sua cidadania e seus projetos de vida.

2 DESENVOLVIMENTO

Historicamente a educação no Brasil vem sendo tratada pelo Estado, de uma educação excludente que nos primórdios da história do país, era destinada para uma elite, passando na atualidade a ser um direito de todos. Educação não implica somente na passagem de conhecimentos dos antepassados e do passado, mas claramente deixar o velho em busca do novo. Segundo Aranha, (2006 apud LIBÂNEO,1985) “educar (em latim, *educare*) é conduzir de um estado a outro, é modificar em certa direção o que é suscetível de educação”.

O ensino médio no Brasil é a etapa final da Educação básica, com duração mínima de três anos (LDB, Art. 35), com oferta preferencial à população de 15 a 17 anos, e em meio às mudanças da vida contemporânea, vem passando por várias dificuldades quanto à permanência dos jovens nesta modalidade de ensino.

Mudanças importantes ocorreram na legislação brasileira, quanto aos direitos e garantias das crianças e adolescentes, amparadas nas Leis:

Constituição brasileira em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) artigo 53 da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

E através da Constituição de Federal (1988) e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, houve avanços legais, comparado com o que ocorria em 1940 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual tinha por entendimento, que 12 anos eram menores de idade, considerado maior de idade todos acima de 12 anos, assim considerados trabalhador normal. Este avanço foi significativo trazendo uma nova realidade e oportunidades iguais aos jovens brasileiros, de trabalho, estudos e de uma vida digna. Apesar destes avanços, a evasão se faz presente na vida dos jovens brasileiros, pois as desigualdades sociais são fatores marcantes que interrompem a permanência dos educandos na escola. (BRASIL, 1988)

Segundo a LDB (BRASIL, 1996) os investimentos devem ser:

Em prol da escola e seus professores, como nos mostra o art. 22 que A educação tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no mercado de trabalho e em estudos posteriores. Possibilitando assim, e todos, crianças e jovens oportunidades iguais de estudar e fazerem suas escolhas quanto ao seu futuro acadêmico.

Sendo a LDB, resultante de debates, da sociedade civil, na Câmara e no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, faziam parte desta comissão, entidades sindicais científicas, estudantis e segmentos da educação, todos estes no primeiro projeto, o qual objetivava a democratização. Em seguida deu-se a nova etapa, e ao projeto original foram acrescentados mais sete projetos, o qual não seria exclusivo do Executivo, mas sim, oportunizando um diálogo entre os educadores.

Dentre os objetivos das políticas públicas, destaca-se a valorização do magistério e gerar recursos: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, institucionalizado pela Lei n. 11.494, de 20.06.2007, que amplia o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, instituído pela Lei n. 9.424, de 24.12.1996, sendo executada até 2006. Sendo o Fundeb, que destina recursos para a educação básica, nas

modalidades regular e na integrada a educação profissional e educação de jovens e adultos, e a obrigatoriedade da educação básica para a idade entre 14 a 17 anos até 2016, foi feita através da Emenda Constitucional n. 59, de 11/11/2009.

A Lei n. 12.796, de 04.04.2013, fez a mudança, alterou o texto original, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, instituída pela Lei n. 9.394, de 20.12.1996. O PNE- Plano Nacional de Educação foi aprovado de acordo com a Lei n. 13.005, de 25.06.2014, sendo que 20 são as metas nacionais, que deverão ser cumpridas nos próximos 10 anos de vigência. Tornando o PNE uma exigência constitucional, baseado na Emenda Constitucional n. 59, de 11.11.2009. E o articulador do Sistema Nacional de Educação - SNE, servindo de base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipal, e como previsão, o percentual do Produto Interno Bruto - PIB para o seu desenvolvimento.

Faz parte do PNE a meta três que está direcionada para o ensino médio, sendo seu objetivo de universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento. As metas e projetos foram feitos e estabelecidos, cabe ao estado, escola e família coloca-los em prática, afim de que possamos alcançar todos os jovens, não deixando as dificuldades fazerem parte da rotina da educação.

Na década de 90, outras medidas de acesso escolar foram tomadas pelo governo, a saber: Educação a Distância (EAD) na formação de professores; reforma curricular (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (PCN); Sistemas Nacionais de Avaliação (SAEB, ENEM e Provão); Programa Brasil Alfabetizado (PBA); Reestruturação das Universidades Federais (REUNI); Programas de Ensino a Distância (EAD), Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA); Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA); Programas de Educação Profissional. Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Ferreira (2011) classifica:

Classifica e agrupa os fatores determinantes em quatro eixos centrais: escola não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc.; Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, etc.; Pais/responsáveis: não cumprimento de o pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc. Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos e violência em relação a gangues (FERREIRA, 2011, p. 6).

A escola não atrativa é um dos pontos marcantes que leva o jovem a evasão escolar, entre as dificuldades encontradas e propostas novas de trabalho não colocadas em ação, como as tecnologias e metodologias de ensino que não são aplicadas adequadamente na rotina

escolar. Entre outros aspectos, desinteresse e situação das famílias e suas realidades sociais interferem na vida dos adolescentes, quando não cumprem seu papel diante do direito das crianças e adolescentes, por motivos fortes e principalmente por viver em uma sociedade capitalista, pois a família é responsável diretamente pela condição das crianças e adolescentes no ambiente escolar e um dos fatores que afetam na vida escolar é a falta de acompanhamento, negligência omissão, sem regras claras, sem ter objetivos para com seus filhos os levando ao desinteresse e fracasso escolar.

Segundo Cortella (2006)

A educação, como direito objetivo de cidadania, fortalece a percepção de que, no momento em que as classes trabalhadoras passam a frequentar mais amiúde os bancos escolares, os paradigmas pedagógicos, em execução, passam a ser insuficientes para dar conta plenamente desse direito social e democrático (CORTELLA, 2006, p. 4).

A escola não é o único lugar onde se adquire conhecimentos, mas cabe a ela oportunizar o processo ensino aprendizagem de uma forma atrativa para que o jovem permaneça exerça a verdadeira cidadania sendo formado um ser crítico e participativo em pleno desenvolvimento humano.

Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturaram a vida com a educação (BRANDÃO, 1985, p. 7).

O motivo pelo qual as escolas e alunos estão ficando sem controle, é pelo fato de que os fatores sociais na infância e adolescência têm piorado brutalmente, enquanto não for melhorada a situação do exercício da docência (ARROYO, 2009. p.39).

De acordo com Arroyo:

Os governos deixaram as escolas em condições precárias e sobrecarregaram as salas de aula de alunos, obrigaram os docentes a triplicar os turnos, deixaram a infância, adolescência e a juventude nos limites de uma sobrevivência agressiva e depois proclama em discursos que a instituição escolar deve ser o símbolo de convívio feliz e da democracia (ARROYO, 2009, p. 47, 48).

A violência escolar faz parte da realidade atual, por parte dos alunos para com os professores e é reflexo das realidades sociais vividas, desde a convivência familiar, onde as famílias estão desestruturadas até chegar à escola, entrando a criança na adolescência com muitas dificuldades emocionais, gerando dificuldades de cumprir rotina escolar, respeitar os professores e principalmente iniciar atividades e concluí-las. Professores estressados devido à carga horária dobrada, salas de aula com muitos alunos, sobrecarregando professores e alunos.

Segundo o estudo de Prietto (2006), mostra as características de diferentes tipos de violência, nas escolas públicas e particulares, no município de Foz do Iguaçu-PR. Com o objetivo de identificar os tipos de violência sofrida no âmbito escolar e como é identificada esta violência por alunos e professores. Concluiu-se que a violência existente na escola pública e particular é similar quanto às características, mas que os professores da escola pública e da particular tem concepções diferentes quanto à violência e de como tratar os alunos adolescentes.

Dentre as boas características da formação do jovem, as políticas públicas devem estar voltadas para o desenvolvimento de sua personalidade, por quais fatores está cercado, qual é o seu pensamento, seus objetivos de vida, seria inútil elaborar para ele algo que não conduz com sua realidade. Pois, se deve levar em conta a construção de sua identidade pessoal, respeitando seus valores, crenças e metas o qual o levará a maturidade e a ter uma profissão para seu futuro. Oliveira (2004) observa que a maioria dos jovens são otimistas e demonstram confiança em suas metas, sendo que os jovens de classe média demonstram insegurança e baixa autoconfiança nas metas acadêmicas, e em relação as classes populares estão bem indefinidos quanto a escolha de uma profissão.

Fortalecendo essa discussão, Frigotto e Ciavatta (2004) mostram que os jovens possuem sua própria identidade, que não são sujeitos sem rosto, tem sua história, vivência e origem de classe. Cada um possui uma história própria, conhecimentos que trazem de sua infância e do meio em que vive, sendo que desta forma a escola deve-os receber respeitando intimamente tudo o que lhe foi agregado e somando assim com os conhecimentos que irá adquirir. Desta forma as políticas públicas devem estar voltadas a realidade de cada um afim de que sejam identificadas e sanadas as fragmentações neste processo de evasão escolar.

Segundo Melo (1987) reconhece através dos fatos amplamente reconhecidos, que as crianças e os jovens pobres são as que mais repetem e abandonam a escola. Pode-se observar que em outros grupos sociais, estudar no ensino médio é algo mais que normal, faz parte do cotidiano, nestas classes a motivação está nas recompensas materiais e ao próprio ingresso a Universidade e que faz parte de experiência familiar e cultural. Ao contrário das classes menos favorecidas, as quais não possuem motivação, capital e nem incentivo a frequentar a uma Universidade e dar continuidade aos estudos. Estas diferenças se apresentam claramente quando se compara os estudantes de uma escola particular com a pública, onde os fatores sociais são claramente responsáveis pelo sucesso do aluno, a permanência e a continuidade dos estudos pelos jovens e são paradigmas a serem rompidos.

Segundo o Jornal do Brasil, Darcy Ribeiro em sua fala, há 50 anos citou, que se os governos não construíssem escolas, faltaria dinheiro para construir presídios. Sua fala era atual, mostrando uma visão de futuro. Comparando os dados históricos, quando se trata da qualidade de ensino, pode-se perceber que quando se investe em educação de qualidade, desde a Educação infantil, alfabetização e outras etapas importantes o resultado é positivo. Entre os pontos positivos estão aprovação, retenção/evasão e continuidade dos estudos, refletindo especificamente, na contenção da evasão escolar.

Aos 16 anos já se é esperado que todo o jovem já tenha concluído o ensino fundamental, e esteja frequentando o ensino médio. Até 2014, em média, 79% dos jovens conseguiram concluir o ensino fundamental, e até aos cinco anos a distribuição de renda per capita é quase inexistente, e a partir do seis anos pode-se observar que há uma diferença entre o grupo de jovens dos 20% dos mais pobres e dos 20% mais ricos que cresce na medida em que dá sequência aos estudos. O resultado é que cerca de um terço do quintil mais pobre não havia chegado ao fim do EF (32%), enquanto 94% dos jovens do quintil mais rico o fizeram.

E as diferenças sociais estão presentes como destaca a UNICEF (2015) o índice de exclusão escolar, está presente entre as crianças e adolescentes que residem no campo, os negros, os indígenas, os pobres, os com deficiência e os que estão sob o risco de violência e exploração. Estes fatores indicam desigualdades sociais, afetando assim, a permanência na escola levando ao abandono escolar. Há outros grupos de jovens que não estão na escola, caracterizado por fatores marcantes, como a gravidez na adolescência, sendo 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola sem Ensino Médio concluído, 610 mil são de mulheres.

A partir de estudos e análises feitos pelo Instituto Unibanco (2010) USP, afirma que os homens evadem os bancos escolares mais que as mulheres, devido pelo fato de se inserir no mercado de trabalho, sendo na faixa etária entre os homens de 15 a 16 anos de idade, onde estão trabalhando ou procurando emprego. Neri (2009) comenta que os jovens brasileiros, demonstram falta de interesse em estar na escola (40%) e a necessidade de trabalhar e aumentar a renda (27%). Como também outros fatores estão em evidência odiar a escola, dificuldades de aprendizagem, repetências, interação negativa com professores e outros alunos, horários inadequados que não condizem com o horário do trabalho.

Uma das causas desse fracasso escolar é a falta de perspectiva dos alunos, pois muitos deles têm conhecimento de que o mercado de trabalho está cada vez mais seletivo e que cursam uma educação pública de qualidade precária, assim, não se veem em condições de competir com pessoas que possuem uma educação de qualidade, ou seja, não tem emprego para todos e sabem que somente os mais qualificados serão contratados. Sendo assim, não encontram sentido para querer aprender (PEREIRA, 2011, p. 24).

Segundo Digiácomo (2008); destaca que a educação deve ser de mais qualidade, respeito e igualdades para que se alcance o combate à violência e desigualdades sociais, assim gerando uma força positiva a favor do combate a evasão escolar. Quando os jovens puderem frequentar uma escola de excelência e que vá além do cotidiano e dê uma visão de futuro ao educandos, e assim obterem sua formação, não terá a necessidade de construir novos presídios, e novas casas de socialização de jovens.

[...] conclui-se que é a falta de educação no sentido mais amplo da palavra, e de uma educação de qualidade que seja atraente e não excludente, e não a pobreza em si considerada, a verdadeira causa do vertiginoso aumento da violência que nosso País vem enfrentando nos últimos anos (DIGIACOMO, 2008, p. 1)

As práticas avaliativas podem ser consideradas um fator grave, que influência a permanência dos jovens na escola, pois as práticas avaliativas ainda são excludentes. Pereira (2011) ressalta: apesar das pessoas terem o certificado de conclusão do ensino fundamental, não conseguem interpretar um texto, ou realizar as quatro operações da matemática.

No relatório, o Banco Mundial (2016) diz que as escolas precisam estar atentas a situação de jovens em risco de evasão e relata que deve haver uma abordagem socioemocional, com acompanhamento individualizado, afim de que possa dar apoio aos demais jovens em suas dificuldades. Segundo o Banco Mundial 20% dos jovens latino americanos não estudam e não trabalham e o Relatório da Instituição financeira mostra que 20 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estão na situação conhecida como nem-nem, não trabalham nem estudam; e no Brasil tem 6,9 milhões de pessoas nessa situação.

O relatório de desenvolvimento pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2012 destacou que a situação brasileira quanto à evasão escolar, encontra-se em terceiro lugar entre 100 países que possuem o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No ano de 2014, pesquisas do IBGE indicaram que, a problemática que envolve a Evasão Escolar está na faixa dos 15 aos 17 anos, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE) está fora da escola 1,7 milhão de jovens equivalente a 16%.

Entre as falhas do sistema educacional brasileiro podemos lembrar conforme cita o Jornal Folha de São Paulo, em 2015, no Estado do Paraná os professores da rede pública entraram em greve onde permaneceram por 44 dias paralisados. Onde houve confrontos com a polícia, deixando pessoas feridas e marcadas emocionalmente por uma atitude violenta contra os mesmos, sendo umas das maiores paralisações já existentes no estado do Paraná.

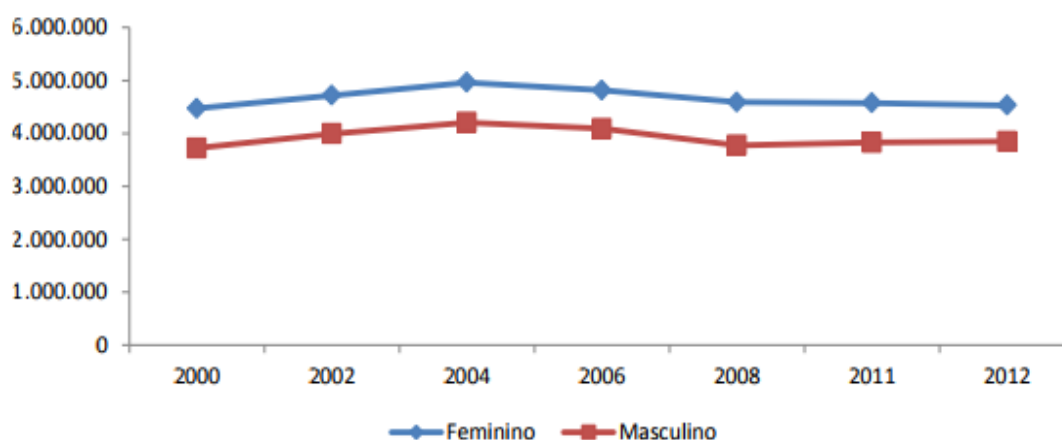
Pode-se analisar este fato por dois lados, o primeiro de que os professores foram em busca de seus direitos e prejuízos e outro lado negativo, que envolvem os alunos, os quais

permanecerem sem acesso a aula por vários dias consecutivos, sendo que muitos destes acabaram não voltando à escola, outros trocando a escola pública pela particular.

A legislação brasileira determina que seja de responsabilidade da família e do estado no dever de orientar a criança e o adolescente em seu percurso sócio educacional. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e a convivência familiar, e a comunitária, além de coloca-los a salvo de toda a forma de negligencia e discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 128).

Quanto à frequência ao acesso da escola pública, grande maioria dos jovens frequenta a escola pública no país, sendo que parte considerável da expansão de matrículas ocorreu na rede federal de educação profissional e tecnológica. A Figura 1 mostra o número de matrículas no Ensino Médio por gênero

Figura 01: Brasil - Matrícula Ensino Médio por gênero 2000 – 2012



Fonte: MEC/Inep/Deed

Os dados da Figura 01 revelam que a diferença numérica entre meninas e meninos é significativa, mostrando um maior número de matrículas para as meninas. Os dados também mostram que para meninas e meninos houve um crescimento no período de 2000 a 2004, e uma queda nos anos seguintes, se estabilizando nos anos de 2008 a 2012.

No entanto, os dados sobre os gêneros masculino e feminino apontam diferença pouco significativa no que se refere à taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos, segundo o relatório educação para todos no Brasil 2000-2015 (MEC 2014).

Ao analisar os perfis dos grupos mais vulneráveis a evasão precoce, excluindo aqueles que já completaram o ensino médio, identificou-se homens de 15 a 17 anos, 14%, não

estudavam e não haviam completado o Ensino Médio. Entre mulheres, a proporção é de 12%, sendo estas proporções maiores: negros (16%) e nos brancos (10%), e a gravidez na adolescência sendo um número expressivo (212 mil), ou seja, 2% do total que já estudavam.

A etapa final da Educação Básica no Brasil é o ensino médio, de duração mínima de três anos (LDB, Art. 35), com oferta preferencial à população de 15 a 17 anos. No entanto, devido à distorção idade-série nesta etapa, as matrículas abrangem um contingente muito maior, atendendo significativa parcela da população de 18 e 19 anos.

No ensino médio, além da formação geral do educando, oferece para o exercício de profissões, técnicas de nível médio (Lei nº 11.741/08), mediante a modalidade de educação profissional técnica de nível médio. Segundo esta Lei a preparação para o trabalho poderá ocorrer no próprio estabelecimento de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

O Governo Federal criou em dezembro de 2016, um programa de ensino técnico, com o nome de MédioTec, onde prevê ofertar 82 mil vagas em todo o país, onde serão responsáveis no antecipo a reforma no ensino médio, sendo estabelecidas pela Medida Provisória 746/2016. É uma extensão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, o objetivo é levar os cursos de educação profissional e tecnológica no país. Buscando oportunidades educacionais, formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Nos anos de 2011 a 2014, através do PRONATEC, mais de 8,1 milhões de matrículas foram efetivadas, em cursos técnicos e de qualificação profissional, abrangendo 4.300 municípios e em 2015, 1,3 milhão de matrículas.

Através do censo escolar do ensino médio que foi realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) 2016, informou que o ensino médio é oferecido em 28,3 mil escolas no Brasil, sendo 68,1% escolas de ensino médio estadual e 29,2% privadas. Quanto a matrículas do ensino médio são de 8,1 milhões, sendo 22,4% dos matriculados (8,10) estudam no período noturno e 95,6% dos matriculados frequentam escolas urbanas; 12,5% dos matriculados estão em escolas privadas.

Fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pnad e do MEC, mostra dados importantes quanto à permanência dos alunos na escola até aos 14 anos de idade. A partir dos 15 anos a proporção de desistentes vão aumentando chegando a 19% aos 17 anos de idade, excluindo aqueles que completam o ensino médio. O fator idade-série também é considerado importante, são os alunos que estão atrasados em relação à série em

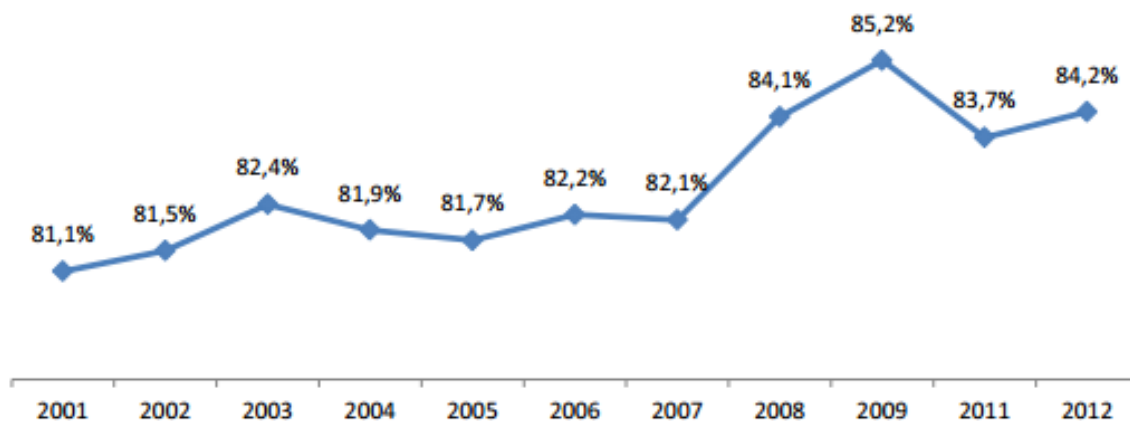
que deveriam estar estudando. Esta defasagem já foi preocupante, sendo que em 2004, eram 55% nessa mesma idade, devido à alta reprovação.

A Meta três do Plano Nacional de Educação, em vigência desde 2014, busca garantir esse direito a acesso à escola e estabelece que todos os jovens de 15 a 17 anos devem estar na escola em 2016. Segundo o indicador calculado pelo Todos Pela Educação, a partir dos dados da PNAD/IBGE, a taxa de atendimento não apresentou um crescimento constante, apesar de este percentual ter aumentado nos últimos 10 anos.

Em 2015 a média nacional atingiu a marca de 84,3%, ou seja, em números absolutos, aproximadamente 8,3 milhões de jovens estavam na escola e pouco mais de 1,5 milhão de alunos estavam fora do sistema educacional.

A taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos manteve-se estável com ligeira melhoria do atendimento, os resultados podem ser visualizados na Figura 02, no período 2001 – 2012.

Figura 02: Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos 2001 - 2012



Fonte: MEC/Inep/Deed

Ao analisar a figura 2 pode-se constatar que a taxa de frequência escolar de 15 a 17 anos apresentou variações da ordem de 4,1 pontos percentuais, e que no período considerado teve um crescimento de 3,8%, passando de 81,1% em 2001 para 84,2%, em 2012.

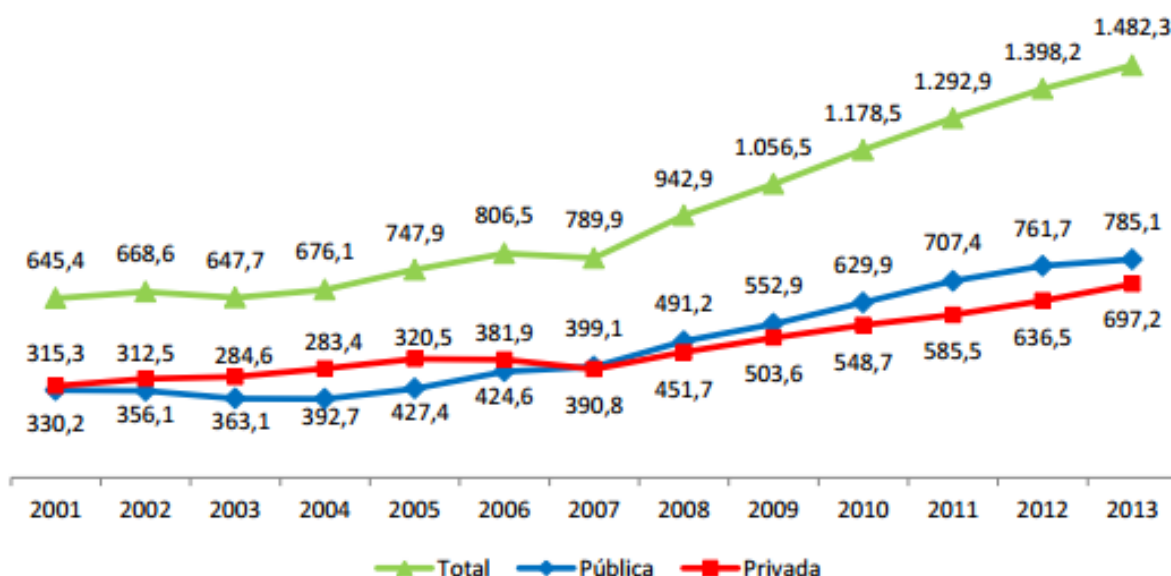
A população de 15 a 17 anos aumentou nos últimos anos e a frequência escolar tem caído. O IBGE mostra que políticas públicas para incluir a juventude no sistema educacional têm fracassado. Segundo estudos o ensino médio precisa incluir dois milhões de jovens.

A educação profissional é promovida por agentes públicos e privados e possui modalidades diferenciadas de oferta, podendo permear ou não a educação escolar. Os dados indicam uma expansão intensa de sua oferta nos últimos anos motivada, sobretudo, por

políticas e investimentos federais com foco no oferecimento de maiores oportunidades educacionais aos jovens em idade escolar adequada ao ensino médio. Isto foi feito por meio da educação profissional integrada ao ensino médio, como opção ao ensino médio regular e a ampliação da oferta dos cursos de qualificação profissional para jovens e adultos em defasagem escolar, em articulação com a elevação da escolaridade.

De tal maneira procurou-se propiciar o resgate daqueles que não tiveram a oportunidade de completar sua escolarização aliada à formação profissional para o mundo do trabalho. Os resultados de tais políticas estão expressos nos indicadores de expansão. Entre 2001 e 2013 o total de matrículas nesta modalidade de ensino cresceu 129,7% (Figura 03).

Figura 03 - Número de Matrículas (em milhares) na Educ. Profissional no Ensino Médio Integrado à Educ. Profissional e na Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional de Nível Médio.



Fonte: MEC/Inep/Deed

Os resultados de tais políticas estão expressos nos indicadores de expansão. Entre 2001 e 2013 o total de matrículas nesta modalidade de ensino cresceu 129,7% conforme mostrado na Figura 03.

Em contrapartida, a rede privada cresceu 3,4%. Ainda comparando as matrículas nas dependências administrativas, cabe destacar o crescimento de 57,94% na rede pública, o maior crescimento se comparado às demais redes.

Segundo reportagem da revista Exame, em 04 de dezembro de 2014, através dos dados das secretarias de educação dos respectivos estados que estão em evidência no abandono escolar, no ensino médio: Amapá (14,41%), Mato Grosso do Sul (9,55%), Rondônia (10,58%), Rio Grande Sul (8,90%), Rio de Janeiro (5,68%), Acre (10,0%), Amazonas

(11,73%), Maranhão (10,92%), Roraima (8,68%), Tocantins (6,92%), Minas Gerais (8,26%), Mato Grosso (3,60%). Paraná (6,49%), Pernambuco (4,71%), Piauí (13,44%), Espírito Santo (7,31%), Distrito Federal (5,42%), Pará (16,66%), Paraíba (12,76%), Sergipe (12,88%), Ceará (8,52%), São Paulo (4,79%), Santa Catarina (7,46%), Alagoas (15,9%), Bahia (8,58%), Goiás (6,16%), Rio Grande do Norte (14,54%) (SOUZA, 2014).

O Censo Escolar 2016 revelou os desafios da universalização, para o acesso a todos os níveis de ensino no Brasil. Se concluiu que ainda os investimentos não conseguiram as mudanças esperadas. Os dados colhidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ainda relata que os anos anteriores permanecem inalterados, distantes das metas do plano nacional de educação (PNE, 2016).

No Brasil do ano de 2015 ao ano 2016 as matrículas do ensino médio subiram 0,7%, houve o interesse pelo ensino médio integral, havendo um crescimento de 8,6% no mesmo período. E o ensino médio em tempo integral passou de 5,9% em 2015 para 6,4% em 2016.

A Rede Estadual de Ensino, conta com 40 unidades escolares, as quais atendem crianças no ensino fundamental anos finais e adolescentes no ensino médio em Cascavel, no ano de 2010 encontram-se matriculados 19.822 alunos, no ensino médio 13.633 alunos, totalizando 33.455, em 2010 foram matriculados na Rede Estadual 72 alunos por requisição da Vara da Infância e Juventude, 161 pelo Conselho Tutelar e 38 pelo CREAS e outras unidades de atendimento a criança e ao adolescente.

Em 2010 o número de alunos evadidos no ensino médio por escola, segundo o Programa Municipal de Prevenção e Combate à Evasão Escolar: C.E Jardim Interlagos 148; C.E Jardim Interlagos 148; C.E. Padre Pedro Canísio Henz 85; C.E Jardim Consolata 81; C.E. Marcos C. Shuster 79; C.E. Bairro XIV de Novembro 64; C.E. Cataratas 59; C.E. Marílis Pirotelle 26; C.E. São Cristovão 22; C.E. Olinda T. de Carvalho 36; C.E. Victório E. Abrozino 19; C.E. Carmelo Perrone 3; C.E. Brasmadeira 42; C.E. Olivo Fracaro 40; C.E. Jardim Clarito 20; C.E. Santos Dumont 11; C.E. Itagiba Fortunato 7; C.E. Pacaembu 8; C.E. Francisco Lima 21; C.E. Pedro E. Garlet 1; C.E. Juvinópolis 3; C.E. Eleodoro E. Pereira 46; C.E. Jangada Taborda 0; C.E. Costa e Silva 3; C.E. Wilsom Joffre 31; C.E. Pedro B. Neto (Ed. Profissional) 20; C.E. Mario Quintana 35; C.E. Júlia Wanderley 20; C.E. Rio do Salto 5; C.E. Humberto Castelo Branco 18; C.E. CEEBJA (ED. de Jovens e Adultos) 61; C.E. Ieda Baggio Mayer 16; C.E. Santa Felicidade 19; C.E. Octávio Tozo 2; C.E. Octávio Tozo 2; C.E. Reassentamento São Francisco 2; C.E. São João 19; C.E. Zumbi dos Palmares 2; C.E. Horácio Reis 3; C.E São Salvador 2; Total 1203 (CASCABEL, 2010).

Segundo o INEP (2013), 8,1% dos estudantes brasileiros matriculados no ensino médio abandonaram a escola, no Paraná estes números diminuíram para 6,4%, e em Cascavel PR 4,2%. Dados elaborados pelo INEP/MEC sobre evasão e reprovação escolar do município de Cascavel-PR, do Estado do Paraná e do Brasil, mostram um comparativo da evolução em valores percentuais no período de 2011 a 2014 (Quadro 01).

Quadros 01 – Dados de evasão e reprovação do Município de Cascavel – PR, do Estado do Paraná e do Brasil, nos de 2011 a 2014.

	2011			2012			2013			2014		
	Cvl	PR	BR	Cvl	PR	BR	Cvl	PR	BR	Cvl	PR	BR
Evasão E. Fundamental	1,7%	3,6%	4,2%	1,89%	3,5%	2,7%	1,50%	3,2%	3,6%	1,1%	3,3%	2,2%
Reprovação E. Fundamental	8,50%	14,2%	12,4%	8,3%	14,5%	9,1%	8,4%	13,6%	11,3%	9,50%	13,7%	8,6%.
Evasão E. Médio	5%	6,8%	9,5%	9,17%	7,1%	9,1%	7,9%	7,4%	9,3%	8,19%	9,4%	7,6%
Reprovação E. Médio	12,5%	13,9%	12,6%	13,53%	14,2%	12,8%	11,75%	14,1%	12,7%	13,9%	14,1%	12,1%

Fonte: MEC/Inep/Deed

Os dados mostram que o município de Cascavel apresentou nos parâmetros avaliados, evasão e reprovação escolar no ensino fundamental e médio, os menores índices valores quando comparados ao Estado do Paraná e ao Brasil.

Este desempenho mostra que o Plano Municipal de Educação do município de Cascavel-PR voltado para redução da evasão e reprovação escolar tem apresentado resultados positivos. Em novembro de 2013, no entanto, um fórum realizado concluiu que apenas 75% das metas estabelecidas no plano até então tinham sido cumpridas.

Os dados comprovam que os investimentos da Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado do Paraná (SEED) surtiram resultados positivos, que juntamente com os núcleos de educação dos municípios, em 2013, criou um programa de ação, destinados a combater o abandono escolar. Este programa é realizado na rede de ensino Estadual de Educação, sendo o objetivo central resgatar, estudantes com cinco faltas/dias consecutivas ou sete faltas/dias alternados, é realizado por meio da escola e a Rede de Proteção à criança e ao adolescente, afim de que seja evitada a evasão escolar (PARANÁ, 2013).

A instituição aponta que devem estar atentas, as causas e à infrequência extrapolam a sua competência, para que então possam acionar a rede de proteção à criança e ao adolescente, para que possa resgatá-lo e volte a frequentar a escola.

Diante de tais desafios o projeto de combate ao abandono escolar, mostra que à escola tem pontos importantes a serem desenvolvidos no dia a dia, tais como: controle interno de faltas injustificadas, reunião com os pais e responsáveis, preenchimento de formulários de notificação obrigatório de estudante ausente, formulário de medidas tomadas pelo estabelecimento de ensino, formulário de encaminhamento a rede de proteção social a criança e ao adolescente, medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar e preenchimento de tabela de motivos e situações de faltas dos alunos na escola.

Estas ações coletivas estão sob o olhar e responsabilidade de professores, equipe pedagógica, direção da escola, Conselho Tutelar e Ministério Público. Apresentando no município de Cascavel-PR, os seguintes dados: em 2011, 1.680 casos de estudantes evadidos, em 2012, 2.144 evadidos, em 2013, 3.268 evadidos, em 2014, 4.001 casos sendo encaminhados aos serviços de apoio ao município.

Entrevistas realizadas pela secretaria Estadual de Educação do Paraná em 2014 no Município de Cascavel - PR, com estudantes e seus respectivos responsáveis, mostraram os motivos da evasão, a saber: falta de atenção por parte da família, trabalho do adolescente, envolvimento com drogas ilícitas, gravidez, casamento, dificuldade de aprendizagem, problemas de saúde do estudante ou familiar, mudança de endereço.

Estudos têm demonstrado que a evasão escolar pode ocorrer por diversos motivos e dentre eles estão às repetências constantes, a necessidade do trabalho infantil para compor a renda familiar, a pobreza e a falta de comida em casa, a longa distância entre a escola e a casa, a falta de transporte, a falta de uniforme e material escolar, que dificultam a ida à escola todos os dias, além de motivos de ordem mais social, como o abuso sexual, dentro e fora de casa, ou até mesmo na escola; exploração sexual, a violência física ou psicológica com a criança ou entre seus familiares, o abuso físico e/ou psicológico na escola e/ou em casa, a não valorização do ensino por parte dos adultos, o casamento e/ou gravidez precoces, o uso e tráfico de drogas, a falta de segurança na localidade ou próximo à escola, brigas de gangues e dificuldades de acompanhamento dos conteúdos curriculares. (MISSÃO CRIANÇA, 2001, p. 3)

Pesquisas feitas pela Secretaria de educação de educação do Estado do Paraná, através do projeto de abandono escolar, mostraram que as causas mais importantes, indicadas pelos estabelecimentos de ensino para a evasão escolar são: o desinteresse, a desobediência, desmotivação, a indisciplina, a repetência e a defasagem idade/série.

A reflexão sobre o papel da família, escola e estado são de grande importância, para traçar, delinear e estabelecer novos rumos, quanto aos aspectos que se destinam a buscar alternativas quanto à problemática da evasão escolar. Pois, a sociedade no geral deve estar comprometida em construir, uma educação que contribua para a cidadania, currículos que eduquem não somente com os conteúdos, mas sim para a vida, contemplando assim uma

sabedoria universal, as diversidades, as culturais, o princípios básicos para a formação global dos educandos.

Podendo assim conquistar seus espaços naturalmente, através da educação, entrando na escola, permanecendo e concluindo seus estudos, tendo uma profissão a qual lhes trarão um futuro promissor. Acima de tudo que possa tirar os jovens da marginalidade, abusos, dificuldades. Uma educação que terá por excelência o padrão democrático, e não de privilégios e favores, valorizando a vida, a justiça e o crescimento intelectual, pessoal e profissional, afim de que os jovens façam parte da construção de uma nação de primeiro mundo em pleno desenvolvimento.

O Brasil tem uma das maiores demandas educacional do mundo, com 45% da população precisa de educação, com um déficit educacional histórico acumulado que deveria envergonhar a elite, os governantes e a própria sociedade; o investimento é insuficiente conforme estudos já demonstram; que as condições de ensino na escola pública são precaríssimas; os professores possuem os piores salários das categorias com formação superior; inexistem políticas e programas educacionais que resistam à alternância de governos. Tendo consequências imediatas e diretas para o campo da educação, com forte impacto no presente e no futuro do Brasil (GRABOWSKI, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a evasão escolar seja um dos grandes problemas que a educação passa na atualidade, verificando resultados expressivos, devido às dificuldades, encontradas nos campos da natureza socioeconômica e na natureza psíquica dos jovens brasileiros.

Fatores e motivos marcantes elevam a evasão escolar no Ensino Médio Brasileiro. E através de políticas públicas bem elaboradas, ainda é possível o desenvolvimento de ações que venham minimizar tal realidade social encontrada pela sociedade brasileira.

Os caminhos para a mudança envolvem vários aspectos, deve ser evidenciada a melhoria da estrutura física e pedagógica, projetos que desenvolvam as habilidades individuais de cada um, Políticas Públicas adequadas à realidade, aulas diferenciadas, acompanhamento para com aqueles alunos faltosos, direcionamento de objetivo de vida e motivação e conscientização. Desenvolvendo as habilidades, e principalmente orientando e resgatando aqueles jovens que e estão sem objetivos de vida profissional, ofertando a eles um caminho a ser percorrido sem desistirem e sim prosseguirem com um olhar e atitude positiva, e dentro de uma realidade adequada e real.

É de grande importância que o assunto Evasão Escolar, seja visto com bons olhos, pela sociedade em geral sendo possível haver as mudanças para as soluções acontecerem. E que esta problemática da Evasão Escolar não nos amedronte, não nos acovarde diante de tantos fatos negativos já existentes na educação brasileira. Principalmente no que diz respeito aos fatos que a sociedade de modo geral, já se acostumou e se acomodou, e que em longo prazo poderá trazer prejuízos para com aqueles menos favorecidos.

Que a história do Brasil em relação à educação venha a ser levada a sério por todos, pois a responsabilidade não está centralizada em uma só esfera, e sim por todos que de uma forma ou outra fazem parte da construção do país. Baseando-se em uma construção de cidadania com bases nos direitos e deveres, e principalmente para os menos favorecidos, tendo oportunidades para crescer em todas as áreas de suas vidas, principalmente os jovens ficando longe do trabalho infantil, dos vícios, da violência, da marginalidade, dos presídios, fazendo com que a falta de oportunidades não façam parte da realidade e do futuro dos jovens brasileiros.

Segundo as pesquisas feitas sobre os dados de evasão escolar no ensino médio no Brasil, chegou-se ao entendimento que matrículas entre meninas e meninos foi significativa, sobressaindo-se as meninas entre os anos de 2000 a 2008. Quanto à taxa de frequência escolar da população de 15 a 17 anos passou de 81% em 2001 para 84% em 2012, sendo um crescimento de 3%. E a educação profissionalizante, teve um crescimento nas matrículas de 129,7% nos anos de 2001 a 2013 (BRASIL, 2014).

Em 2016 através do Censo Escolar, pode-se constatar que ainda a universalização para o acesso a todos a educação, não atingiu todos os níveis no Brasil, não atingindo as mudanças previstas, e que ainda nos anos anteriores não houve alterações, ficando distantes do (PNE) segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016).

Em 2015 e 2016 as porcentagens de matrículas no ensino médio subiram 0,7%, São 8,1 milhões de matrículas no ensino médio; 22,4% dos matriculados (1,8 milhões) estudam no período noturno; 95,6% dos matriculados frequentam escolas urbanas; 12,5% dos matriculados estão em escolas privadas. A rede privada cresceu 4,5% em oito anos (INEP, 2016).

Os jovens brasileiros em sua maioria frequentam as escolas públicas e o ensino médio é oferecido em 28,3 mil escolas no Brasil, 68,1% das escolas de ensino médio são estaduais e 29,2% privadas. A União e os municípios participam com 1,8% e 0,9%, respectivamente; e segundo o INEP (2013), 8,1 dos estudantes brasileiros matriculados no

ensino médio abandonaram a escola, no Paraná estes números diminuíram para 6,4%, e em Cascavel PR 4,2%. E através de pesquisas feitas pela Secretaria de Educação do PR, estão fortemente presentes os seguintes fatores: desinteresse, defasagem idade/série, indisciplina, desmotivação, desobediência, fatores estes causando a desistência dos estudos.

O maior investimento está em ações pedagógicas, apoio ao jovem, projetos voltados ao desenvolvimento das habilidades intelectuais e físicas. Investimento nas práticas docentes, em uma gestão democrática, onde a sociedade com o um todo possa estar participando e ajudando a trazer as soluções. Trabalhando o social, envolvendo todas as suas esferas. E quanto ao Estado, cabe a ele cumprir suas obrigações com a sociedade, investimentos sendo destinados adequadamente, de uma forma honesta e democrática. Oportunizando o acesso, permanência e conclusão dos estudos sejam qual for à etapa em que o cidadão estiver cursando. Pois o acesso à escola traz o conhecimento e abre as portas para as oportunidades.

Quando as leis, as políticas públicas, as famílias, a escola e o estado estiverem envolvidos em uma só direção, de oportunizar e abrir as portas ao jovem para que ele desenvolva suas potencialidades e habilidades, realizando ações que os levem a acreditar no presente e no futuro, verdadeiramente serão colhidos bons frutos e o conhecimento humano será uma alavanca para o crescimento e progresso.

Paulo Freire, educador, pedagogo e filósofo, em suas sábias palavras; se referiu à educação de uma forma especial: Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas. Pessoas transformam o mundo, portanto prioridades devem ser evidenciadas no sistema educacional, pontos importantes que trarão bons resultados: diminuição da repetência nas escolas, qualidade de ensino, professores bem preparados, salários compatíveis, administração pública usar o dinheiro com mais qualidade e especificidade, evidenciando os menos favorecidos.

Somando-se com uma vontade política, para trazer soluções, gerar políticas públicas que realmente venham a ser colocadas em prática a fim de sanar os problemas que envolvem a evasão escolar no ensino médio no Brasil.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 3 edição. Moderna. São Paulo. 2006. p. 31- 32 e p. 298 - 299.

ARROYO, M. G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Relatório anual 2016.** Disponível em: <file://C:/Users/Downloads/210852PT.pdf.> Acesso em: 17/03/17.

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. Maria da Silva. **A Evasão Escolar no Ensino Médio: Um Estudo de Caso.** Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n.19, UNIUBE – Universidade de Uberaba ISSN: 1519-0919. Uberaba. 2009.19 p.

BRANDÃO, C. R. **O que é a educação.** São Paulo: Brasiliencie,1995.

BRASIL. Constituição Federal Da República Federativa do Brasil. **Seção que pactua a educação como direito de todos.** CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO Seção I DA EDUCAÇÃO. 1988. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf.> Acesso em: 13/08/17.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec.> Acesso em: 16/09/17.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. **Censo Escolar 2016 reforça desafios para universalização da educação no Brasil.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2016-reforca-desafios-para-universalizacao-da-educacao-no-brasil/21206.> Acesso em: 27/08/17.

_____. Plano Nacional de Educação - PNE. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Relatório Educação Para Todos no Brasil - 2000-2015.** Versão Preliminar Junho 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192.> Acesso em: 24/08/17.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Versão atualizada 2012. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/5439696/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente/1.> Acesso em 04/04/17.

CASCADEL. Programa Municipal de Prevenção e Combate à Evasão Escolar. **Vara da Infância e da Juventude de Cascavel Ministério Público da Infância e Juventude de Cascavel.** Ano de 2010. Núcleo Regional de Educação. Secretaria Municipal de Educação. Publicado em 14/04/11. <Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/noticia.php?id=18993.> Acesso em: 06/09/2017.

_____. Programa municipal de prevenção e combate à evasão escolar. **Um programa da: Vara da Infância e da Juventude de Cascavel Ministério Público da Infância e Juventude de Cascavel Núcleo Regional de Educação Secretaria Municipal de Educação.** Disponível em: http://www.direitodascrianças.com.br/admin/web_files/arquivos/b4118e7511cadad93c22663151ff6405.pdf. Acesso em: 16/09/2017.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.

FERREIRA, L. A. M. **Evasão Escolar**. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD4_SA12_ID7791_29072016192315.pdf.> Acesso em: 10/04/17.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Professores do Paraná encerram greve após 44 dias**. Publicação em 02 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1639734-professores-do-parana-encerram-greve-apos-44-dias.shtml>.> Acesso em: 16/09/17.

FRIGOTTO, G. **Sujeitos e conhecimento: os sentidos do ensino médio**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino médio: cultura e trabalho**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 53-70.>

GRASSI, T. M. **A inclusão e os desafios para a formação de docentes: uma reflexão necessária**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1376-8.pdf>.> Acesso em: 20/08/17

GRABOWSKI, G. **Retrocessos na Educação**. Disponível em: <http://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2017/03/retrocessos-na-educacao/>.> Acesso em: 20/08/17.

HENRIQUE, R; SOUZA E SILVA, J.; BARBOSA, J. L. **Políticas Públicas no Território das Juventudes**. Rio de Janeiro; UFRJ, 2006. 144p. Disponível em: http://www.administradores.com.br/_resources/files/_modules/academics/academics_2771_20100310140733ca1d.pdf.> Acesso em: 06/09/17.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.> Acesso em 19/08/17.

JORNAL DO BRASIL. **Se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios**. Publicado em 07/01/17. Disponível em: <http://www.jb.com.br/opiniaio/noticias/2017/01/07/se-os-governadores-nao-construirem-escolas-em-20-anos-faltara-dinheiro-para-construir-presidios/>> Acesso em: 06/09/17.

LDB. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes.> Acesso em: 10/03/17.

NERI, M. C. O paradoxo da evasão e as motivações dos sem escola. In: VELOSO, F. et al. (Org.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 25-50.

OLIVEIRA, M. C. S. L. **O adolescente em desenvolvimento e a contemporaneidade**. Em Curso de prevenção do uso indevido de drogas para educadores de escolas públicas. Brasília: MEC/SENAD/UnB. 2004. 26p.

PARANÁ - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Combate ao Abandono Escolar**. Ano 2010. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1375>> Acesso em: 03/09/2017.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Superintendência da educação diretoria de políticas e programas educacionais coordenação de gestão escolar**. Programa de combate ao abandono escolar. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/programa_combate_abandono_escolar.pdf> Acesso em: 03/09/2017.

PEREIRA, C. R. D.; ANDRADE, M. R. **Regimento escolar: o aspecto jurídico das sanções disciplinares e/ou medidas pedagógicas**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1466-6.pdf>.> Acesso em: 06/09/2017.

PEREIRA, S. C. **Política Pública de Educação do Estado de São Paulo e a educação para a inserção no mercado de trabalho**. Faculdade de Filosofia Ciências Humanas e Letras - USP; São Paulo; In: VI EPOG- Encontro de Pós-Graduação da FFLCH/USP; Comissão de Pós-Graduação da FFLCH/USP. 2011.

PRIOTTO, E. P. Características da violência escolar envolvendo adolescentes. **In: EDUCERE**. Congresso de Educação da PUCPR, 6, 2006. Curitiba. Anais... Curitiba: Champagnat, 2006. p 16-28. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/3700-6055-1-SM.pdf.> Acesso em: 27/08/2017.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. 2011. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/evasao-escolar/55873>> Acesso em 14/05/2017.

SAGRILO, José Cesar. **O programa de prevenção e combate à evasão escola (PPCEE) como agente de inclusão educacional: uma análise de resultados (2011- 2014)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Formação de Professores, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2016. 142p.

SOUZA, B. Revista Exame. **Onde os estudantes mais abandonam a escola no Brasil**. Publicado em 4 dez 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/os-estados-em-que-os-alunos-mais-abandonam-a-escola/>> Acesso em: 03/09/2017.

UNICEF. **Relatório Anual da UNICEF 2015**. Disponível em: <<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=1810&m=&sid=181016&cid=6122>> Acesso em: 21/04/2017.